

NOVAS TECNOLOGIAS TÊM FORTE INFLUÊNCIA NESSA MUDANÇA, DIZ PRESIDENTE DA FENACON

MERCADO CONTÁBIL FECHARÁ PORTAS PARA PROFISSIONAIS ‘PARADOS’ NO TEMPO

AS NOVAS TECNOLOGIAS E O MAIOR RE-conhecimento por grande parte do empresariado, governo e sociedade estão mudando o perfil do trabalho dos profissionais contábeis, que estão passando a dedicar-se, cada vez mais, ao gerenciamento das empresas, com vistas a atender melhor seus clientes.

O objetivo é deixar de lado a rotina de lançar notas fis-

cais ou preencher Darfs – que toma um tempo precioso – e voltar-se à geração de dados fundamentais para o desenvolvimento dos negócios e, por conseguinte, da economia.

A **Fenaccon** possui 36 sindicatos, distribuídos nos 26 Estados e no Distrito Federal. Essas entidades representam mais de 400 mil empresas que atuam nas áreas de contabilidade, assessoramento, perícias, informações e pesquisas.

Foto: Divulgação / Fenaccon

Que análise o senhor faz do atual momento do mercado contábil no País?

Valdir Pietrobon – O momento do mercado contábil brasileiro nunca esteve em alta como hoje, graças ao trabalho que estamos fazendo junto à classe empresarial – que é o nosso foco principal –, aos órgãos do governo, que enfim reconheceram a importância da empresa contábil e do empresário que possui um contador; à área institucional e à sociedade, que eu gostaria muito, pudessem conhecer o peso que representamos para o crescimento da economia.

Então o segmento experimenta um forte crescimento?

Pietrobon – Não dá para medir o crescimento, mas existe uma forma de mensurar nossa importância para as empresas. Hoje, a grande maioria dos empresários não está buscando uma empresa contábil ou um contador para fazer as obrigações fiscais, mas para ter conhecimentos sobre quanto está ganhando ou perdendo; esse é o nosso foco principal. O contador nunca foi tão procurado quanto é hoje, no Brasil.



Quais as principais diferenças desse cenário hoje comparado ao de 5 anos atrás, por exemplo?

Pietrobon – A diferença é que temos um grande reconhecimento de todas as áreas, e que as empresas já se

conscientizaram disso.

Hoje estamos sendo procurados pelos órgãos governamentais para darmos idéias, pois temos nas mãos a contabilidade das MPEs do País, atendendo-as direta ou indiretamente. ▶

GREAT PLACE TO WORK®

MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR
TI & TELECOM
2 0 0 8



A qualidade de nossos softwares é reflexo da satisfação de nossos colaboradores.

Alterdata, 2 anos consecutivos entre as melhores empresas de TI e Telecom para se trabalhar no país.

www.alterdata.com.br

Atualmente temos um cenário totalmente diferente de cinco anos atrás. Quando procurávamos um deputado, tínhamos de marcar audiência, enviar documentações, e agora estamos falando com ministros, juízes do STF, etc.; e logo queremos chegar ao presidente da República, pois já estamos merecendo.

A inclusão de mais setores no Supersimples e a isenção de tributos para a abertura e manutenção de empresas podem impulsionar o mercado contábil de que maneira?

Pietrobon – Quanto mais empresas na formalidade, mais trabalho vamos ter. Quero, no entanto, trabalhos sólidos. Por que as empresas contábeis trabalham para desburocratizar? Quanto mais burocrático for, mais honorários teremos.

Nossa função principal não é fazer dinheiro e nem atender o Fisco, por meio das obrigações acessórias e principais. Mas, sim, fazer a contabilidade gerencial de uma empresa. As empresas contábeis que não se conscientizarem disso, sairão automaticamente do mercado.

Qual a sua expectativa sobre a expansão de negócios com o advento do SPED e da Contabilidade Digital?

Pietrobon – A expectativa é muito grande. As empresas contábeis estão passando hoje por uma linha totalmente diferente. O profissional que não quiser estudar, se atualizar, não terá mais mercado. Vai acabar o “Darfeiro”, e com isso, nossa atividade será mais valorizada.

Qual o perfil atual do mercado das organizações contábeis? Quais as suas projeções para os próximos anos?

Pietrobon – Existem 67.254 empresas contábeis no País, sendo a maioria de pequeno porte, com faturamento médio mensal de R\$ 30 mil, oito empregados e dois sócios. Há também empresas grandes, entretanto, o importante é a qualidade do atendimento ao cliente. O contador deve ser visto como um assessor e não um lançador de notas.

A contabilidade é a profissão do futuro, não tenho dúvidas; eu até diria, do presente, mas com um futuro bem mais próximo do que era no passado. ♦

PROPOSTA CRIA FAIXAS QUE VÃO DE 0,10% ATÉ 6%

CONTRIBUIÇÃO DE EMPRESA POR RISCO PODE TER NOVAS ALÍQUOTAS

A AMPLIAÇÃO DE TRÊS PARA NOVE

do número de alíquotas diferenciadas por grau de risco para a contribuição à Seguridade Social a cargo da empresa, a fim de financiar o pagamento por acidente de trabalho e de aposentadoria especial, pode em breve se tornar uma realidade. Esta é a idéia do deputado federal **Ricardo Berzoini (PT-SP)**, autor do PL nº 3222/08, que também define o critério para o estabelecimento de atividade preponderante e **grau de risco** predominante.

As alíquotas atuais são de 1%, 2% e 3% – equivalentes aos graus baixo, médio e alto de risco de acidente – sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos. A proposta cria uma gradação que vai de 0,10% até 6% e atribui graus de risco de G1, o mais baixo, a G9, o mais alto.

A atividade preponderante da empresa é aquela que ocupa, entre as atividades do grau de risco predominante, o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos. O grau de risco predominante é aquele que concentra o maior número de empregados, mesmo que em estabeleci-



Foto: Rubenshito

mentos e atividades distintas.

De acordo com o autor, comprimir todas as atividades econômicas em apenas três categorias de risco causa injustiças fiscais, porque há empresas que não têm risco algum e têm de pagar 1% e outras pagam 3% quando, pela alta demanda da seguridade social devida a acidentes, devem pagar mais.

A proposta será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Agência Câmara)

▶▶ CALENDÁRIO

4 a 7/8

VerbaNet Cursos – (11) 3274-1772
Retenções de Tributos e Contribuições (IRRF, PIS, Cofins e CSLL, ISS e INSS)
Local: São Paulo (SP)
Horário: 19h às 22h

4 a 8/8

Sescap-PR – (11) 3304-4458 / 4507
Fluxo de Caixa – Planejando e Executando as Finanças da Empresa
Local: Curitiba (PR)
Horário: 19h às 22h

4/8

Sescon-SP – (11) 3304-4458 / 4507
Lucro Presumido, Lucro Real e Juros sobre Patrimônio Líquido
Local: São Paulo (SP)
Horário: 9h às 18h

5/8

VerbaNet Cursos – (21) 2222-5088
As Alterações na Lei das S/A – Introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 (com Reflexos para as Demais Sociedades)
Local: Rio de Janeiro (RJ)
Horário: 8h30 às 17h30

5/8

FISCOsoft – (11) 3382-1000
Seminário: SPED, NFE e Escrituração Contábil e Fiscal Digital
Local: São Paulo (SP)
Horário: 9h às 18h

6/8

Datadez – (11) 4062-5810
Departamento Pessoal Modelo
Local: São Paulo (SP)
Horário: 9h às 18h

9/8 a 13/9 (aos sábados)

Cenofisco – (41) 2169-1557 / 1575
Prático de Atualização em Auditoria Independente
Local: Curitiba (PR)
Horário: 9h às 18h

11/8

Sescon-RS – (51) 3343-2090
DCTF e Dacon
Local: Porto Alegre (RS)
Horário: 9h

11/8

Cenofisco – (51) 4009-6161
Análise Gerencial de Balanço
Local: Porto Alegre (RS)
Horário: 8h30 às 17h30

▶▶ REGISTRO



A **FISCOsoft Editora** lançou a 2ª edição do livro *Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – Anotado, Comentado e Atualizado até 31/05/2008* (640 páginas; R\$ 138), de **Waldemar de Oliveira**, renomado especialista nesse tributo e que há mais de 30 anos vem acompanhando a evolução desse imposto, com vistas à sua aplicação no dia-a-dia dos estabelecimentos industriais ou equiparados. A obra apresenta o texto do RIPI – Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, com anotações dos atos legais e administrativos que interpretam, alteram ou complementam as normas regulamentares, incluindo observações nos tópicos que merecem esclarecimentos.

Onde encontrar: www.fiscosoft.com.br/main_index.php?home=ripi2008

89 ANOS O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (**Sindcont-SP**), presidido pelo professor **José Heleno Mariano**, completou 89 anos, no último dia 19. Em função da data, a entidade promoveu, no dia 21, uma confraternização em sua sede social, oportunidade em que participaram representantes da Classe Contábil, colaboradores, associados, parceiros, familiares e autoridades civis. Na ocasião, foi entregue o *Título de Contabilista Emérito 2008* ao contador **Durval Alves**, que foi representado pelo neto **Daniel S. Alves**.

ACORDO A **Fenacon** fechou um acordo de cooperação entre os profissionais de contabilidade de todo o País e o **Banco do Brasil**, segundo o qual, os contabilistas que prepararem os papéis para abertura de contas, por exemplo, serão remunerados. A parceria foi fechada no dia 24, em Cuiabá (MT), com a presença de representantes das entidades daquele Estado. Entre os objetivos do acordo estão o apoio ao desenvolvimento das MPEs, a ampliação do acesso ao crédito e o fortalecimento do relacionamento entre o **BB**, a **Fenacon** e os sindicatos. Os principais pontos são a oferta de produtos e serviços; a rede de correspondentes do País e o gerenciador financeiro Solução Contadores, que é um aplicativo de auto-atendimento das empresas via **BB**, serviço similar ao oferecido no portal do banco para pessoa física. Haverá encargos reduzidos para serviços diferenciados.

SOCIEDADE

O procedimento de declaração judicial de descon sideração da personalidade jurídica – meio pelo qual se pode cobrar dos sócios ou responsáveis obrigações que uma empresa não pode cumprir – pode ser displinado, caso seja aprovado o PL nº 3401/08, do deputado **Bruno Araújo (PSDB-PE)**. Esse mecanismo permite que os bens particulares de sócios ou administradores sejam usados para pagar obrigações da empresa quando ficar caracterizada a ocorrência de manobras ilícitas, por parte dos proprietários das empresas, para não pagar os credores. (*Agência Câmara*)

▶▶ AGENDA TRIBUTÁRIA

DIA	DESCRIÇÃO / PERÍODO DO FATO GERADOR	CÓD. DARF	SIGLA
31 de julho	Recolhimento mensal (Carnê-Leão) / jun. 2008	0190	IRRF
	PJ não obrigadas à apuração com base no Lucro Real – optantes pela apuração com base no Lucro Real – Estimativa mensal / jun. 2008	5993	IRPJ
	PJ obrigadas à apuração com base no Lucro Real (entid. financeiras) – Estimativa mensal / jun. 2008	2319	IRPJ
	PJ obrigadas à apuração com base no Lucro Real (demais entidades) – Estimativa mensal / jun. 2008	2362	IRPJ
	Ganho de Capital – Alienação de ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional / jun. 2008	0507	IRPJ
	PJ que apuram o IRPJ com base no Lucro Real (entid. financeiras) – Estimativa mensal / jun. 2008	2469	CSLL
	PJ que apuram o IRPJ com base no Lucro Real (demais entidades) – Estimativa mensal / jun. 2008	2484	CSLL
	4ª quota do Imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual / Ano-calendário de 2007	0211	IRPF
	Retenção de contrib. – pagam. de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) / 1º-15 de jun. 2008	5952	PIS/Pasep
	PIS/Pasep – Retenção – Pagamentos de PJ a PJ de direito privado / 1º-15 de jun. 2008	5979	PIS/Pasep
	Retenção de contrib. – Pagam. de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) / 1º-15 de jun. 2008	5952	Cofins
	Cofins – Retenção – Pagamentos de PJ a PJ de direito privado / 1º-15 de jun. 2008	5960	Cofins
	Retenção de contrib. – Pagam. de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) / 1º-15 de jun. 2008	5952	CSLL
CSLL – Retenção – Pagamentos de PJ a PJ de direito privado / 1º-15 de jun. 2008	5987	CSLL	

CVM MOSTRA CRESCIMENTO DA AUDITORIA NO PAÍS

A CVM (COMISSÃO DE VALORES Mobiliários) apresentou na primeira quinzena de junho o ranking das empresas de auditorias com mais clientes listados em Bolsa. De acordo com os números fechados em setembro de 2007, as *Top Five* do ranking se mantiveram em seus respectivos lugares há pelo menos dois anos e apontam, cada vez mais, crescimento em números de clientes.

Os dois primeiros lugares continuam com as “*big four*”, Deloitte, com 113 clientes, e KPMG, com 108. A BDO Trevisan se manteve na terceira posição, com 62 clientes, ficando à frente de duas outras “*big four*”, a PricewaterhouseCoopers (PWC) e Ernst & Young, com 57 e 53 clientes, respectivamente.

Estes números ainda são pequenos se comparados aos da Europa e América do Norte, porém, a expectativa do setor é positiva, haja vista a aprovação da nova legislação contábil, a Lei nº 11.638, que provocará, sem dúvida, aumento da demanda pela procura das auditorias nos próximos anos.

Para se ter uma idéia, o número de auditores por habitante na Europa é impressionantemente chocante na comparação com o Brasil. Na Holanda, por exemplo, existe um auditor para cada 900 pessoas. Na Inglaterra, um para cada grupo de 1.300 habitantes. Nos Estados Unidos a proporção é de um au-

ditor para 2,3 mil pessoas. Até no Chile o número é bem superior ao nosso país. Lá, é um para cada grupo de 8,7 mil habitantes. No Brasil, a proporção é de um auditor para 24,6 mil pessoas.

O ranking da CVM comprova mudanças neste quadro acima e confirma o crescimento do setor aqui no país. As firmas de auditoria, sejam grandes, médias ou pequenas, têm o desafio de continuar incrementando a qualidade de atendimento aos clientes e ao mercado para manter o ritmo de ascensão do setor e melhorar os números de classificação do Brasil frente ao mercado global.

No campo econômico o Brasil se encontra bastante fortalecido, tanto que este momento favoreceu a conquista do selo de *investment grade*, no mês de maio pela agência de classificação de riscos Standard & Poor's, pela Fitch Rating (duas das maiores do mundo).

A nova legislação contábil (Lei nº 11.638), que alterou as normas de contabilidade do país adequando-as aos padrões internacionais *IFRS* (*International Financial Reporting Standards*), permitiu um ganho de qualidade e consequências favoráveis para economia brasileira. Com padrões universalmente conhecidos, com mais auditoria e melhor divulgação das informações facilita-se a análise de crédito, reduz-se o *spread* bancário e os juros para o capital produtivo, entre outras vantagens.



Foto: Divulgação/BDO Trevisan

Eduardo Pocetti

é CEO da BDO Trevisan e diretor de assuntos internos do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon)

E-mail: pocetti@bdotrevisan.com.br

Sempre na última segunda-feira de cada mês, um especialista da BDO Trevisan escreverá neste espaço sobre: **Auditoria.**

DEVEDORES DO FISCO TERÃO NOME EM LISTA NEGRA DA SERASA

A partir de agosto, o governo vai apertar o cerco contra quem tiver dívidas tributárias, incluindo o nome dos devedores em uma espécie de lista negra da **Serasa**. Por outro, dependendo do prazo de vencimento, haverá facilidades para a extinção, quitação ou parcelamento.

O Fisco pretende lançar outros quatro projetos que têm o objetivo de agilizar a cobrança, a fim de recuperar mais rapidamente os débitos, hoje em cerca de

R\$ 1,3 trilhão. A meta é recuperar entre 5% e 10% desses créditos por ano, bem mais elevada do que ocorre atualmente – o resgate não chega a 1%.

Os contribuinte que devem acima de R\$ 100 mil, entretanto, só poderão parcelar a dívida mediante garantias. Outro motivo para acelerar o pagamento das dívidas tributárias é o custo de cada processo, estimado em aproximadamente R\$ 14 mil.

▶ EXPEDIENTE

Contábil S/A é um boletim setorial dirigido a contadores, técnicos em contabilidade, empresários contábeis, auditores e peritos
Produção Sempre Comunicação **Jornalista-responsável** Luciano Guimarães (MTb.: 30.388-SP) **Periodicidade** Semanal
Circulação Nacional **Leitores** 45 mil **E-mail** sempre@semprecomunicacao.com.br **Site** www.semprecomunicacao.com.br
Anuncie (13) 2202-4616 / 9112-6993 **Mídia Kit** www.semprecomunicacao.com.br/contabilisa/midiakit.pdf

O JOGO DE INTERESSES E INFLUÊNCIAS SOBRE AS NORMAS CONTÁBEIS

NA DÉCADA DE 70 VEIO VISITAR-me o emérito professor Stephen A. Zeff; de forma objetiva esclareceu que me procurava para trocar idéias em razão de ter sido eu o pioneiro no Brasil na edição de um livro sobre as Normas (editado pela APEC no RJ).

Na ocasião eu procedia a estudos apurados sobre a intensificação do movimento normativo que se operava nos Estados Unidos, prosseguindo as indagações e participações que tinha tido em um Comitê que militava na Europa na elaboração de um Plano Internacional de Contabilidade (com sede em Bruxelas).

Estava eu bastante comprometido com a análise da questão, esta que jamais abandonei e meu relacionamento com o aludido professor tornou-se epistolar, restringindo-se depois a poucos encontros, inclusive um na Espanha, mas, sem perder o interesse pelo assunto que ambos apreciávamos.

Leio agora em um dos números recentes do *"The CPA Journal"* um importante artigo do ilustre professor Zeff, sob o título *"The Evolution of U.S. GAAP: The Political Forces Behind Professional Standards"*, relatando passagens da história das normas contábeis nos Estados Unidos na segunda metade do século passado.

A matéria não exige grande esforço de interpretação para sumarizar o que tem acontecido nas últimas cinco décadas no campo das normalizações nos Estados Unidos, considerada a clareza como está exposta no tocante aos atos principais do denominado FASB (Comissão de Padrões Contábeis).

O autor evidencia o "jogo de interesses" do poder econômico na produção das "Normas de Contabilidade", mesclado às influências sobre a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) e o parlamento.

Em realidade a questão eu já a conhecia desde a década de 60; em muito haviam reforçado meus estudos os contatos intelectuais que mantive com o professor Abraham Briloff, da Universidade de New York (este que editou livros significativos sobre os escândalos nas Bolsas derivados da "volatilidade" das Normas Contábeis norte-americanas).

Tais perigos eu já os havia denunciado publicamente em artigos na década

de 70 e na seguinte em conferência que realizei para os professores universitários de Contabilidade na Espanha, na Universidade de Saragoça (o texto está em minha página: www.lopesdesa.com.br) em Artigos/Normas.

O que mais impressionou, todavia, no trabalho atual de Zeff é a forma objetiva como evidenciou as pressões e manobras, fazendo citações, mostrando que avanços e recuos nas normatizações decorreram mais de movimentos de jogos de interesses em manipular lucros e perdas do que mesmo em cuidar de uma Contabilidade como ciência que é.



Fotos: Belen L. Méndez

O enfoque objetivo sobre o denominado "Valor Justo" e o subjetivismo que enseja é uma constante na publicação do emérito cientista e pesquisador estadunidense.

Com clareza comenta que a "volatilidade" ensejada tem sido motivo de muitos protestos face aos efeitos daninhos causados no mercado, mas, que a mesma, tem, por outro lado, sido defendida em jogos de pressões por parte de grupos financeiros poderosos.

Nos fins da década de 90, quando de minha passagem por Lisboa, tive a oportunidade de ouvir a opinião do maior publicista daquele País, o professor Rogério Fernandes Ferreira, sobre o tema do denominado "Valor Justo"; o mesmo teceu pesadas críticas ao tema; pouco depois editou um artigo sobre a questão.

Na realidade sempre aceitei o valor de essência dos elementos do patrimônio e dos resultados face ao poder funcional dos bens, mas, também, sempre admiti que a fixação do mesmo devesse ser objetiva, jamais "volátil" ou "subjetiva".



Foto: Divulgação / Arquivo pessoal

Minha opinião foi acatada por muitos outros intelectuais de renome, chegando o professor Lino Azzini, da Universidade de Parma, a considerar o meu enfoque sobre a realidade sistemática do valor como uma possível solução para os estudos que desde os fins do século 20 realizara na Itália o mestre Giovanni Rossi (editados na obra *L'ente econômico*).

O problema normativo, todavia, tem sido exatamente o de não considerar os aspectos da "Teoria do Valor em Contabilidade", sendo de tal forma transigente que implica desastres constantes no mercado, ensejando a falta de fiabilidade nos demonstrativos contábeis, como Zeff igualmente se referiu.

Mais ao sabor do jogo de interesses que de preocupação com as doutrinas científicas as normas norte-americanas executaram uma dança macabra; isso se consubstanciou nas fortes acusações do Senado às empresas multinacionais de auditoria, estas, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a questão (ao qual Zeff se refere em seu artigo) reitoras na elaboração dos padrões.

Como as ditas Normas Internacionais de Contabilidade do IASB realizaram-se de acordo com aquelas do FASB norte-americano, segundo Zeff denuncia no artigo em referência, é fácil inferir que estamos diante de regulamentações que servem a interesses particulares, ou seja, mais de "Normas de Conveniência" informativa que mesmo de aplicação da ciência da Contabilidade.

Antônio Lopes de Sá

É contador, administrador e economista, consultor, professor, cientista e escritor. Autor de 176 livros, criou o conceito de Neopatrimonialismo.

Escreve semanalmente neste espaço sobre temas histórico-científicos relacionados à Contabilidade.